



Brasília, 5 de agosto de 2015

Excelentíssimo Senhor
Dr. José Aldo Rebelo Figueiredo
MD. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
Senhor Ministro

O Fórum de C&T, entidade que representa os servidores das Carreiras de C&T, atua em defesa da valorização dos servidores das carreiras de Ciência e Tecnologia e das atividades centrais na promoção do desenvolvimento científico-tecnológico nacional, base de enriquecimento sustentável do povo brasileiro.

As mais diferentes áreas do campo da Ciência e Tecnologia desenvolvem conhecimentos e inovações, tendo como seus produtores e facilitadores os servidores de C&T. O Brasil, por exemplo, é destaque na produção de energia renovável e abriga a terceira maior indústria aeronáutica do mundo, resultados de projetos desenvolvidos numa época em que nem se falava em inovação. Entretanto, sobreveio um grande período de ausência de políticas estratégicas voltadas ao desenvolvimento científico e tecnológico, fazendo que em muitas áreas do campo da ciência e tecnologia no país sofressem enormes atrasos em relação aos seus pares no cenário mundial.

O esvaziamento dos quadros funcionais na área de C&T é reflexo desse cenário. Os institutos públicos de pesquisa reduziram à metade o número de seus servidores nas últimas duas décadas. A expertise acumulada no campo da pesquisa e da gestão institucional é perdida em um processo de tibieza na manutenção e reposição de mão de obra. O mais grave é que essa perspectiva não foi alterada nos últimos anos. Se nada for feito, o corpo funcional do MCTI e de suas unidades de pesquisa reduzir-se-á novamente à metade até o fim de 2020, por causa de aposentadorias dos servidores aliado à falta de mecanismos de reposição. A consequente precarização fruto desse cenário fragiliza os institutos e abre flanco às mais diversas formas de terceirização, entre elas o uso indiscriminado de OS, Fundações de Apoio e afins, sob a oportunidade de projetos, que não perenizam as capacidades únicas desenvolvidas.

Há mecanismos que permitem a reversão dessa perspectiva sombria. A valorização dos salários das carreiras promove sua consequente atratividade. O incentivo institucional à especialização e qualificação funcional é coerente com uma perspectiva de fortalecimento das atividades de C&T e coaduna-se com a forte exigência de especialização dos trabalhadores para o desempenho das atividades no limiar do conhecimento, como é o caso das atividades em nossas áreas. Nas últimas décadas, a inobservância destes dois princípios basilares, através da desvalorização salarial e da ausência de políticas de implementação e valorização da qualificação profissional, produziu o encolhimento dos institutos e a retração de suas atividades e capacitações. Muitas instituições estão próximas do colapso, pela impossibilidade de captação e dificuldades de capacitação de novas gerações de profissionais que venham substituir os atuais servidores.



Tão grave quanto a desvalorização salarial e a não priorização da qualificação profissional é a ausência de uma política ministerial de reposição de mão-de-obra. Ao poder público cabe o desenvolvimento de atividades estratégicas na área de C&T. Por isso, cabe ao poder público criar mecanismos que garantam a continuidade e a estabilidade das pesquisas, que se confundem com a estabilidade de seus servidores e a reposição da mão-de-obra de maneira efetiva, de forma a impedir a interrupção ou, pior, a perda do saber acumulado. Apesar dessa necessidade, o quadro que se apresenta na área de C&T é diverso. Os concursos públicos são poucos e, em virtude dos baixos salários, cumprem apenas em parte seu papel de instrumento de excelência no processo de reposição de mão de obra. É flagrante a evasão de concursados para outras carreiras menos exigentes e com melhores salários.

É urgente deter o esvaziamento e sucateamento dos IPP, salvar suas capacidades e vocações. O Fórum de C&T propõe-se a auxiliar no processo democrático de discussão e estabelecimento de uma política estratégica voltada a atividade científica, tecnológica e inovadora nos institutos públicos que contemplem as seguintes ações:

- Imediata recomposição da Força de Trabalho e estabelecimento de política permanente de sua reposição nos moldes aplicados atualmente nas IFES;
- Abertura de discussão democrática sobre a modernização e atualização dos Institutos e Centros de Pesquisa, que conte com a participação ampla de governo, servidores, comunidade científica e sociedade em geral;
- Estabelecimento de mecanismos de resgate da eficiência da gestão das instituições, apoiada na constituição de uma Escola de Governo voltada para gestão estratégica do conhecimento e das atividades desenvolvidas no SNCT;
- Inclusão da representação dos servidores na composição dos comitês de busca de cargos de direção das instituições;
- Valorização Orçamentária;
- Intensificação da política de capacitação e valorização dos profissionais voltados à atividade científica;
- Política salarial que contemple a proposta da representação associativa sindical da campanha 2015. Faz parte desta reivindicação a equiparação salarial com carreiras de atividades típicas de estado; a incorporação da GDACT ao Vencimento Básico (previsto no Termo de Acordo Salarial 09/2012 – não cumprido) e a vinculação percentual das gratificações de mérito ao Vencimento Básico.

Na certeza de que Vossa Excelência acolherá o nosso pleito, subscrevemo-nos, colocando-nos a disposição para a ampla discussão sobre os temas acima.

Fórum de C&T